

3 Aos vinte e seis dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quatorze, às oito horas, na
4 sede do Conselho Federal de Psicologia - CFP, sito no Setor de Administração Federal
5 Sul, quadra dois, bloco "B", Edifício Via Office, térreo, sala cento e quatro, Brasília,
6 Distrito Federal, iniciou-se o terceiro dia da primeira plenária do décimo sexto plenário
7 do Conselho Federal de Psicologia. Estavam presentes entre conselheiros e convidados:
8 Mariza Monteiro Borges, Rogério de Oliveira Silva, Maria da Graça Corrêa Jacques,
9 Sérgio Luis Braghini, Dorotéa Albuquerque de Cristo, Meire Nunes Viana, Inara
10 Barbosa Leão, Lurdes Perez Oberg, Nádia Maria Dourado Rocha, Rosano Freire
11 Carvalho, Madge Porto Cruz, João Carlos Alchieri, Sandra Luzia de Souza Alencar e
12 Maria Augusta Rondas Speller. Ausente: João Baptista Fortes de Oliveira que não pôde
13 comparecer por motivo de saúde na família. Presidiu a reunião a Mariza Monteiro
14 Borges que conferiu o quórum mínimo e passou à discussão da ordem do dia. A Madge
15 Porto pediu a palavra e informou que observou que todas as sessões recebem os
16 mesmos recursos financeiros, entretanto, a sessão do Acre não possui fiscal por falta de
17 recursos. Dessa forma, ela informou que verificará os motivos junto ao Conselho
18 Regional do Amazonas pelos quais essa profissional não foi contratada. **13. Grupos de**
19 **Trabalho da APAF.** A Mariza Monteiro Borges informou que a APAF criou alguns
20 Grupos de Trabalho - GT que deverão ser coordenados pelo CFP, por isso, é necessário
21 definir um conselheiro responsável para cada GT. Para tanto, todos foram esclarecidos
22 sobre os Grupos de Trabalho em andamento e as respectivas atividades. Após algumas
23 ponderações, ficou acordado que o "GT CREPOP: Política Indutora" será coordenado
24 pela Meire Viana com acompanhamento do Sérgio Braghini; o GT Revisão da Política
25 de Orientação e Fiscalização do Sistema Conselhos de Psicologia será coordenado pela
26 Nádia Rocha com suporte da Maria Augusta Speller e da Dorotéa de Cristo; o GT sobre
27 internação forçada de usuários de álcool e outras drogas será coordenado pela psicóloga
28 Loiva de Boni do Coletivo Ampliado; o GT para evidenciar a Resolução CFP nº
29 18/2002 (relações raciais) será coordenado pela Dorotéa de Cristo com suporte do
30 Rosano Carvalho; o GT atualização do manual de procedimentos administrativos,
31 financeiros e contábeis do Sistema Conselhos de Psicologia será coordenado pelo
32 Sérgio Braghini; o GT Laicidade e Psicologia será coordenado pela Madge Porto; GT
33 para elaboração de projeto de apoio financeiro a publicações dos CRPs será coordenado
34 pelo Rogério Oliveira; GT de Tesoureiros será coordenado pelo Sérgio Braghini; GT
35 para criação de política de arrecadação no Sistema Conselhos de Psicologia será
36 coordenado pelo Sérgio Braghini; GT Eleições será coordenado pelo Rosano Carvalho;
37 e, o GT do PL do Osmar Terra (drogas) será coordenado pela psicóloga Tânia Grigolo
38 do Coletivo Ampliado com suporte da psicóloga Loiva de Boni do Coletivo Ampliado.
39 **14. Minuta da Resolução que prorroga o prazo de negociação das anuidades com**
40 **redução de juros e multa.** O Sérgio Braghini apresentou o ponto explicando que seu
41 objetivo é a apreciação da Minuta de Resolução que prorroga o prazo de negociação das
42 anuidades com redução de juros e multa, autorizado pela Resolução 14/2012. O
43 coordenador administrativo financeiro, Gilson Oliveira, esclareceu que a Resolução
44 14/2012 permitiu os Conselhos Regionais conceder redução de até cem por cento das
45 multas e juros de mora das anuidades de exercícios anteriores a 2012, de pessoas físicas
46 ou jurídicas. Os participantes da reunião discutiram os benefícios dessa concessão e
47 seus aspectos legais. A Resolução foi aprovada por unanimidade e ficou acordado que a
48 diretoria, juntamente com a CAF e ASJUR do CFP deve estudar a possibilidade de
49 produzir uma resolução que não necessite ser reescrita todo ano; e, levar a discussão da
50 resolução para o "GT para criação de política de arrecadação no sistema Conselhos de
51 Psicologia". **15. Proposta de alteração da lei 5766/71.** A Mariza Monteiro Borges fez
52 um breve histórico sobre a minuta de alteração da lei 5766/71, encaminhada pelo CFP à

53 Casa Civil. Em 2012, o PL foi para o Congresso Nacional com tramitação em duas
54 comissões conclusivas. Atualmente, o processo está sob relatoria do deputado Sebastião
55 Bala Rocha, na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos
56 Deputados. Um dos últimos encaminhamentos da gestão anterior foi protocolar um
57 ofício solicitando uma audiência com o deputado, da qual, participaria um representante
58 de cada CRP e do CFP. O deputado respondeu que não tinha disponibilidade na agenda,
59 mas abriu possibilidade de receber o grupo em fevereiro de dois mil e quatorze. A
60 Mariza Monteiro Borges destacou sua preocupação em relação à alteração do artigo
61 sexto, item “d”, pois, na nova redação, engessa o papel do CFP ao contexto da época de
62 criação da lei, em especial, à restrição das atividades psicológicas à aplicação de testes
63 psicológicos. Hoje há outros contextos, outras atuações da Psicologia que não foram
64 contemplados na lei, haja vista que a Psicologia já avançou muito nesses cinquenta anos
65 de profissão. Portanto, a alteração do referido item no projeto de lei que altera a lei
66 5766/71 prejudica a possibilidade de ampliação das atribuições da profissão e,
67 consequentemente, do CFP. Problemas no que diz respeito à relação entre a Assembleia
68 dos delegados e Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças, às Eleições,
69 à democracia financeira dos CRPs, a falta de diálogo com a categoria de psicólogos,
70 outras implicações do PL para o exercício profissional do psicólogo, também foram
71 discutidos pelos presentes. Após intenso debate foram aprovados os seguintes
72 encaminhamentos: agendar audiência com o deputado Sebastião Bala Rocha a fim de
73 solicitar que aguarde posicionamento do CFP sobre o assunto antes de dar continuidade
74 à tramitação do projeto (os responsáveis pelo diálogo com o deputado são: o corpo da
75 Diretoria e o Rosano Carvalho); dialogar com a categoria sobre o PL 4364/12 a partir de
76 um projeto de comunicação a ser definido com a Ascom (carta impressa a ser enviada
77 pelos Correios, mídias sociais como Facebook, Twitter, criação de *hotsite*, etc.);
78 apropriação do assunto pelo Plenário por meio de discussões internas com apoio do
79 material disponibilizado pelo Sérgio Braghini; fazer articulação com Sistema
80 Conselhos; pautar o PL 4364/12 para o Sistema Conselhos, em especial para a APAF; e,
81 buscar informações a respeito do PL 5440/2009 (Piso salarial da categoria que se
82 articula com o PL 4364/12). Serão priorizados: contato com o deputado relator e
83 discussão entre membros da gestão, sendo que a discussão com a categoria será parte do
84 projeto de comunicação do CPF. Às treze horas e três minutos, Mariza Monteiro Borges
85 encerrou a plenária. Nada mais havendo a tratar, eu, Maria da Graça Corrêa Jacques,
86 lavrei a presente ata, a qual foi lida e assinada por todos os presentes acima nomeados e
87 referenciados.

88 *Maria da Graça Corrêa Jacques*
89 *Sandra Helena*
90 *Rosano F. Carvalho*
91 *Mariza Monteiro Borges*
92 *Sérgio Braghini*
93 *Mariza Monteiro Borges*
94 *Mariza Monteiro Borges*
95 *Mariza Monteiro Borges*
96 *Mariza Monteiro Borges*
97 *Mariza Monteiro Borges*
98 *Mariza Monteiro Borges*
99 *Mariza Monteiro Borges*
100